



ORESTES QUÉRCIA

Participação municipalista

"O município forte, com maiores atribuições e maior acesso a recursos próprios e também aos do Estado e da União, interessa a todos." Orestes Quercia, vice-governador de São Paulo, é presidente da Associação Paulista de Municípios e da Frente Municipalista Nacional.

A Nova República só será realmente nova, só corresponderá ao anseio nacional de mudanças, se conseguir mudar radicalmente o perfil do poder estabelecido no Brasil nos últimos 20 anos. A Nação não tolera mais a hipertrofia do Executivo federal, que faz do presidente da República quase um déspota.

A centralização das decisões e dos recursos no governo federal é um fato histórico. O advento da República pouco mudou em relação ao exercício do poder na Monarquia. Ora mais drasticamente, ora menos, o Brasil sempre foi governado por minorias, e estas sempre foram parasitas de potências estrangeiras. O golpe militar de 1964 foi o ápice dessa tendência. Os generais-presidentes detiveram poderes inimagináveis, e fizeram do País um paraíso das multinacionais.

Merece um estudo especial o fato de a sociedade brasileira ter aceito ou suportado durante tanto tempo esse autoritarismo visceral na política. Às vezes, tenho a impressão de que desmentimos aquele célebre aforismo de Abraham Lincoln: "Ninguém engana a todos durante muito tempo."

No momento, o importante é que estamos diante de um lance histórico da maior transcendência. Ficou para trás o túnel negro da prepotência. A esperança agora é o nosso signo. O Brasil está combalido. Herdamos uma moral desmentida pela corrupção e pela incompetência. Nossa realidade social é explosiva. Nossa economia, mesmo estando entre as dez maiores do mundo, ameaça ruir qual um castelo de cartas. O presidente, no entanto, não é um general-presidente nem foi convocado pelas Forças Armadas. Tancredo Neves venceu porque o povo foi às ruas e disse não às veleidades continuístas dos donos do regime.

Isso é o que importa: a sociedade interveio e foi decisiva no processo sucessório. O governo da Nova República, acima de nomes e partidos, tem o compromisso fundamental de mudar o Brasil, de

desenhar um novo perfil de poder. O presidente, os ministros, os presidentes de autarquias e estatais, daqui para a frente, têm objetivos claros a alcançar e a quem prestar contas.

O municipalismo, uma vertente política que tem praticamente a idade do Brasil, tem muito a ver com a realidade que estamos vivendo. Para não nos alongarmos demais, podemos situar as eleições de 1982 como o grande salto do municipalismo. Primeiro, com o debate realizado antes das eleições, o regime de 1964 foi desnudado. Em segundo lugar, os prefeitos eleitos logo perceberam que nada poderiam fazer pelas suas comunidades se o regime não fosse derrubado. Sem recursos e sem atribuições legais, os prefeitos, vice-prefeitos e vereadores, após uma campanha candente, corriam o risco real de nada poder fazer pela melhoria das condições de vida das suas comunidades.

A reação começou com a luta pela reforma tributária. Era preciso acabar com a odiosa centralização dos recursos nacionais nos cofres da União, que fazia repasses mínimos aos municípios, geradores de riquezas que apenas serviam para sustentar os desmandos dos iluminados do Palácio do Planalto. As lideranças municipalistas foram a Brasília duas vezes em 1983. Numa delas, o presidente Figueiredo sentiu o peso do descontentamento nacional, ao ser vaiado em pleno palácio por prefeitos de todo o País.

O ano de 1983 rendeu ao municipalismo a histórica aprovação da Emenda Passos Porto, uma mínima reforma tributária emergencial, que livrou os municípios da inadimplência iminente. O presidente Figueiredo e o ministro Delfim Netto tudo fizeram para amedrontar e enquadrar o Congresso Nacional. Não deu certo. Pela primeira vez, em quase 20 anos, deputados e senadores legislaram sobre matéria tributária. Outra vitória de 1983: a criação, no final do ano, da Frente Municipalista pelas Diretas e Constituinte. Ela foi a espinha dorsal do movimento nacional pelas "diretas-já". Através dela, pela primeira vez, um prefeito do PDS, o partido do governo, em praça pública, contestou o regime.

Perdida a batalha das diretas, e engajada na campanha da Aliança Democrática, a Frente Municipalista pelas Diretas e Constituinte transformou-se na Frente Municipalista Nacional, que fará pela Constituinte o mesmo esforço de debate e esclarecimento feito pelas eleições diretas. Queremos a participação da sociedade na Constituinte. Sem a marca do povo, a nova Constituição não atenderá aos anseios de mudança.

Os municipalistas agem acima de partidos e ideologias. O município forte, com maiores atribuições e maior acesso a recursos próprios e também aos do Estado e da União, interessa a todos. O municipalismo, ao lutar contra o centralismo, coloca o poder ao alcance da sociedade.